

Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A.

CNPJ: 29.310.192/0001-14

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações Financeiras	
Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Teresina, 02 de março de 2023.

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Fabio Destefani Campos	Diretor-Presidente
Fabio Destefani Campos	Diretor de Operação e Manutenção
Camilo Rebollo Couto	Diretor de Construção
Mara Ayesha Lopez Berrios	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A.**
Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 2 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.510	7.548
Contas a receber de clientes	4	11.456	11.617
Outros tributos compensáveis		63	51
Cauções e depósitos		1.844	1.645
Outros créditos		1.521	2.267
Total do ativo circulante		21.394	23.128
<u>Ativo não circulante</u>			
Imobilizado	5	182.881	179.037
Intangível		2.810	3.054
Total do ativo não circulante		185.691	182.091
Total do ativo		207.085	205.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	6	12.838	6.930
Empréstimos e financiamentos	7	17.724	4.017
Obrigações por arrendamentos		40	55
Imposto de renda e contribuição social a pagar		137	741
Outras obrigações fiscais		230	215
Encargos setoriais		14	-
Ressarcimento mercado regulado	8	9.494	9.211
Redução de capital	11	50.000	-
Outras obrigações	10	5.017	3.226
Total do passivo circulante		95.494	24.395
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	7	64.534	68.243
Obrigações por arrendamentos		1.078	1.089
Outras obrigações fiscais		1.636	1.548
Ressarcimento mercado regulado	8	-	2.350
Provisão para desmantelamento		394	523
Total do passivo não circulante		67.642	73.753
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	11	82.268	132.268
Prejuízos acumulados		(38.319)	(25.197)
Total do patrimônio líquido		43.949	107.071
Total do passivo e do patrimônio líquido		207.085	205.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Receita líquida	12	26.809	41.935
Custo do serviço	13	(21.643)	(47.572)
Lucro (prejuízo) bruto		5.166	(5.637)
Despesas operacionais	13		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(1.804)	(16)
Despesas gerais e administrativas		(7.714)	(1.690)
Outras receitas operacionais		-	1.581
Total despesas operacionais		(9.518)	(125)
Resultado do serviço		(4.352)	(5.762)
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		850	1.030
Despesas financeiras		(8.558)	(11.079)
Total do resultado financeiro		(7.708)	(10.049)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(12.060)	(15.811)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(1.062)	(1.966)
		(1.062)	(1.966)
Prejuízo do exercício		(13.122)	(17.777)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(13.122)	(17.777)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(13.122)	(17.777)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	129.214	(7.420)	121.794
Aumento de capital	3.054	-	3.054
Prejuízo do exercício	-	(17.777)	(17.777)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	132.268	(25.197)	107.071
Redução de capital	(50.000)	-	(50.000)
Prejuízo do exercício	-	(13.122)	(13.122)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82.268	(38.319)	43.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(13.122)	(17.777)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.804)	(16)
Encargos de arrendamento	116	93
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	6.308	7.804
Depreciação e amortização	6.747	6.160
Atualização financeira - desmantelamento	56	138
Apropriação dos custos de transação	46	46
Valor residual de intangível e imobilizado	5.848	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.062	1.966
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	1.965	(4.838)
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	-	(66)
Outros tributos compensáveis	(12)	(42)
Cauções e depósitos	(199)	(433)
Outros créditos	746	(2.176)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	5.908	(16.710)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(75)	-
Ressarcimento mercado regulado	(2.067)	11.561
Outras obrigações fiscais	103	-
Encargos setoriais	14	-
Outras obrigações	1.791	3.097
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.591)	(1.451)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(1.077)	(828)
Pagamentos de juros de arrendamento	(107)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	10.656	(13.472)
Atividades de investimentos:		
Adições de ativos imobilizado e intangível	(16.380)	(5.987)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(16.380)	(5.987)
Atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	13.015	16.929
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(8.294)	(7.405)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(35)	(182)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	4.686	9.342
Varição no caixa líquido da Companhia	(1.038)	(10.117)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	7.548	17.665
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6.510	7.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A. (“Companhia”) foi constituída em 21 de dezembro de 2017, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem solar, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Companhia explora o potencial solar de 50 MW no município de São Gonçalo do Gurguéia, Estado do Piauí, que foi objeto da Portaria nº 153/2018-ANEEL, com contrato vigente até 11 de maio de 2053. Através do despacho ANEEL 590/2020 de 22 de fevereiro de 2020 a Companhia obteve autorização para a implantar e explorar a operação comercial da Central Geradora Fotovoltaica (UFV).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 02 de março de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 - Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

:

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, provisão para processos judiciais e instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	500	1.070
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	-	5.847
Operações compromissadas	6.010	631
Total	6.510	7.548

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo. Os Certificados de Depósitos Bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 98% do CDI (98% do CDI em 31 de dezembro de 2021). Os investimentos em Operações Compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 80% do CDI (80% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	31.12.2022	31.12.2021
Suprimento de energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	1.779	1.351	490	3.620	1.808
Mecanismo de Curto Prazo - MCP	3.004	-	495	3.499	5.170
Contas a receber - partes relacionadas (nota 16)	2.425	-	3.732	6.157	4.655
	<u>7.208</u>	<u>1.351</u>	<u>4.717</u>	<u>13.276</u>	<u>11.633</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(434)	(1.239)	(147)	(1.820)	(16)
Total	<u>6.774</u>	<u>112</u>	<u>4.570</u>	<u>11.456</u>	<u>11.617</u>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Mecanismo de Curto Prazo – MCP e Ambiente de Contratação Regulado - ACR) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL, e normalmente liquidadas em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base a probabilidade de perda determinada individualmente proposta no modelo utilizado, que atende à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48.

Este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual no cálculo da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente.

Neste modelo a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“Expected Credit Losses – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default – PD”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“Loss given default – LGD”), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da entidade e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas é a seguinte:

	31.12.2021	Adição	Reversão	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(16)	(1.854)	50	(1.820)
Total	<u>(16)</u>	<u>(1.854)</u>	<u>50</u>	<u>(1.820)</u>

	31.12.2020	Adição	31.12.2021
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(16)	(16)
Total	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>(16)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

5. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Maiores detalhes na nota explicativa nº 15.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Baixa	Desmantelamento	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço							
Barragens e adutoras	134.997	-	-	-	-	(133.036)	1.961
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	40.875	-	-	(5.392)	(185)	17.306	52.604
Instalações técnicas/mecânicas - solar	-	-	-	(892)	-	135.392	134.500
Linhas de transmissão	4.137	-	-	-	-	-	4.137
	180.009	-	-	(6.284)	(185)	19.662	193.202
Depreciação acumulada							
Barragens e adutoras	(6.711)	-	-	-	-	6.711	-
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(2.008)	-	(1.595)	374	-	-	(3.229)
Máquinas e equipamentos	-	-	(125)	-	-	-	(125)
Instalações técnicas/mecânicas - solar	-	-	(4.574)	62	-	(6.711)	(11.223)
Linhas de transmissão	(207)	-	(138)	-	-	-	(345)
	(8.926)	-	(6.432)	436	-	-	(14.922)
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	6.805	16.363	-	-	-	(19.662)	3.506
	6.805	16.363	-	-	-	(19.662)	3.506
Total do imobilizado	177.888	16.363	(6.432)	(5.848)	(185)	-	181.786
Ativo de direito de uso							
Terrenos	1.149	-	(54)	-	-	-	1.095
	1.149	-	(54)	-	-	-	1.095
Total	179.037	16.363	(6.486)	(5.848)	(185)	-	182.881

	31.12.2020	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2021
Imobilizado em serviço						
Barragens e adutoras	134.997	-	-	-	-	134.997
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	42.092	-	-	(1.520)	303	40.875
Linhas de transmissão	4.137	-	-	-	-	4.137
	181.226	-	-	(1.520)	303	180.009
Depreciação acumulada						
Barragens e adutoras	(2.136)	-	(4.575)	-	-	(6.711)
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(600)	-	(1.408)	-	-	(2.008)
Linhas de transmissão	(69)	-	(138)	-	-	(207)
	(2.805)	-	(6.121)	-	-	(8.926)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	1.121	5.987	-	-	(303)	6.805
	1.121	5.987	-	-	(303)	6.805
Total do imobilizado	179.542	5.987	(6.121)	(1.520)	-	177.888
Ativo de direito de uso						
Terrenos	1.572	(384)	(39)	-	-	1.149
	1.572	(384)	(39)	-	-	1.149
Total	181.114	5.603	(6.160)	(1.520)	-	179.037

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Barragens e adutoras	4,17%
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	2,50%
Instalações técnicas/mecânicas - solar	2,50%
Linhas de transmissão	2,50%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2022:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	696	55.018	55.714
Captações	-	16.929	16.929
Encargos provisionados	849	-	849
Encargos pagos	(828)	-	(828)
Variação monetária	-	6.955	6.955
Transferências	10.659	(10.659)	-
Amortizações	(7.405)	-	(7.405)
Custo de transação	46	-	46
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.017	68.243	72.260
Captações	13.014	1	13.015
Encargos provisionados	1.979	-	1.979
Encargos pagos	(1.077)	-	(1.077)
Variação monetária	4.329	-	4.329
Transferências	3.710	(3.710)	-
Amortizações	(8.294)	-	(8.294)
Custo de transação	46	-	46
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.724	64.534	82.258

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	31.12.2022
Mutuo II EGP - São Gonçalo 2	509.562	15/03/2022	15/03/2023	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	509.562	Capital de Giro	570
Mutuo III EGP - São Gonçalo 2	2.853.547	31/03/2022	31/03/2023	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.853.547	Capital de Giro	3.175
Mutuo IV EGP - São Gonçalo 2	509.562	05/04/2022	05/04/2023	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	509.562	Capital de Giro	566
Mutuo V EGP - São Gonçalo 2	101.908	29/04/2022	28/04/2023	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	101.908	Capital de Giro	112
Mutuo VI EGP - São Gonçalo 2	2.038.248	16/05/2022	16/05/2023	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.038.248	Capital de Giro	2.233
Mutuo VII EGP - São Gonçalo 2	1.019.124	02/05/2022	02/05/2023	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	1.019.124	Capital de Giro	1.122
Mutuo VIII EGP - São Gonçalo 2	2.242.072	28/07/2022	28/07/2023	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.242.072	Capital de Giro	2.386
Mutuo IX EGP - São Gonçalo 2	1.630.598	25/08/2022	25/08/2023	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	1.630.598	Capital de Giro	1.715
Mutuo X EGP - São Gonçalo 2	2.110.105	15/09/2022	15/09/2023	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.110.105	Capital de Giro	2.202
BNB	78.396	28/11/2019	15/12/2039	IPCA+1,45%	Mensal	Mensal	74.367.743	Capex	68.177
									82.258

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato com o Banco do Nordeste conta com as seguintes garantias:

- Fiança bancária;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de fundo de liquidez em conta reserva.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
4.222	4.257	4.357	4.461	47.237	64.534

Cláusulas restritivas (*covenants*)

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *covenants* financeiros.

8. Ressarcimento mercado regulado

Em 2022, a Companhia possui passivo circulante de R\$ 9.494 (R\$ 9.211 circulante e 2.350 não circulante, em 31 de dezembro de 2021) referentes ao ressarcimento do mercado regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadrienal.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado (“flat”). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

9. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e provável.

10. Outras obrigações

	31.12.2022	31.12.2021
Outras Obrigações - partes relacionadas (nota 16)	5.017	3.226
Total	5.017	3.226

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social é de R\$ 82.268 (R\$ 132.268 em 2021), totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	82.268.018	100,00%	132.268.008	100,00%
Alba Energia Ltda.	1	0,00%	1	0,00%
Total	82.268.019	100,00%	132.268.009	100,00%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi efetivada a redução do capital da Companhia, por considerá-lo excessivo, no montante de R\$ 50.000, com cancelamento de 50.000.000 ações detidas pela controladora Enel Brasil S.A.. A restituição do valor das ações será efetuada em uma ou mais parcelas até 31 de dezembro de 2023.

12. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	16.198	12.633
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas (nota 16)	12.578	30.956
	28.776	43.589
<u>Deduções da receita</u>		
Cofins	(852)	(1.359)
Pis	(185)	(295)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(930)	-
	(1.967)	(1.654)
Total	26.809	41.935

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2022				2021				
	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal	-	-	-	-	-	-	(13)	-	(13)
(-) Capitalização dos custos de pessoal	6	-	-	6	-	-	-	-	-
Material	(1.597)	-	(4)	(1.601)	(24)	-	(4)	-	(28)
(-) Capitalização dos custos de material	1.117	-	-	1.117	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(392)	-	(190)	(582)	(448)	-	(14)	-	(462)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 16)	-	-	(1.644)	(1.644)	-	-	(1.614)	-	(1.614)
Energia elétrica comprada para revenda	(256)	-	-	(256)	(22.514)	-	-	-	(22.514)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas (nota 16)	(9.733)	-	-	(9.733)	(14.878)	-	-	-	(14.878)
Encargos de uso de rede elétrica	(3.488)	-	-	(3.488)	(3.170)	-	-	-	(3.170)
Depreciação e amortização	(6.747)	-	-	(6.747)	(6.160)	-	-	-	(6.160)
Aluguéis e arrendamentos	(34)	-	-	(34)	-	-	-	-	-
Transporte de potência de energia	(31)	-	-	(31)	(30)	-	-	-	(30)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 16)	(38)	-	-	(38)	(33)	-	-	-	(33)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.804)	-	(1.804)	-	(16)	-	-	(16)
Baixa de imobilizado	-	-	(5.848)	(5.848)	-	-	-	-	-
Seguros	(443)	-	-	(443)	(315)	-	-	-	(315)
Outras receitas (despesas)	(7)	-	(28)	(35)	-	-	(45)	1.581	1.536
Total	(21.643)	(1.804)	(7.714)	(31.161)	(47.572)	(16)	(1.690)	1.581	(47.697)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	422	507
Variação cambial	265	378
Variação cambial realizada	1	4
Outras receitas financeiras	162	141
	850	1.030
Despesas financeiras		
Variação cambial	-	(357)
Variação cambial realizada	-	(1.104)
Custo de transação	(46)	(46)
Encargos de dívidas	(7.250)	(8.567)
Atualização de impostos e multas	(98)	(107)
Garantias e fianças	(702)	(612)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(278)	(18)
Atualização financeira desmantelamento	(56)	(138)
Juros em arrendamento	(116)	(93)
Outras despesas financeiras	(12)	(37)
	(8.558)	(11.079)
Total	(7.708)	(10.049)

15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2022	2021
Receita de suprimento de energia elétrica	28.776	43.589
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	2.302	3.487
Rendimento de aplicações financeiras	422	507
Variação cambial	-	-
Variação cambial realizada	1	4
Outras receitas financeiras	164	13
Outras receitas	-	1.383
Total base de cálculo	2.889	5.394
Alíquota do imposto de renda (15%)	(433)	(809)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(265)	(515)
Total do imposto de renda	(698)	(1.324)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	3.453	5.231
Rendimento de aplicações financeiras	422	507
Variação cambial	-	-
Variação cambial realizada	1	4
Outras receitas financeiras	164	13
Outras receitas	-	1.383
Total base de cálculo	4.040	7.138
Alíquota da contribuição social (9%)	(364)	(642)
Imposto de renda e contribuição social sobre ressarcimento	-	-
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.062)	(1.966)

16. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

16.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Compartilhamento das despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(7.172)	(3.871)	(1.644)	(1.615)
Mútuo	Novembro de 2020 a dezembro de 2023	(14.083)	-	(1.068)	(60)
Redução de capital (nota 11)	Até dezembro de 2023	(50.000)	-	-	-
Total		(71.255)	(3.871)	(2.712)	(1.675)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16.2 Empresas em controle em comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compra e venda de energia		(3.786)	(839)	2.845	16.079
Enel Green Power Paranapanema S.A.		-	(32)	-	(383)
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.	Janeiro de 2021 até dezembro de 2021	-	(290)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 8		-	-	-	5
Enel Trading Brasil S.A.	Janeiro de 2021 até dezembro de 2030	(3.786)	(517)	2.845	16.457
Transporte de energia		(3)	(3)	(38)	(33)
Enel CIEN S.A.	Até o final da concessão	(3)	(3)	(38)	(33)
Compartilhamento das despesas comuns do grupo		4.524	3.431	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A.		4.957	3.575	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(290)	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A.		158	158	-	-
Enel Power do Brasil Ltda		(301)	(302)	-	-
Suporte Operacional		(2.332)	(2.468)	-	-
Enel Green Power Spa GLO	Janeiro de 2018 até o término dos serviços	(2.332)	(2.468)	-	-
Total		(1.597)	121	2.807	16.046

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruïdas em relação à fruïção de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Transporte de energia: O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i. prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii. aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii. fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv. participação na execução do projeto; v. designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Mútuos: As operações de mútuos foram contratadas conforme as necessidades de capital de giro das mutuárias e disponibilidade de capital da mutuante.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022 e 2021.

17. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

	Categoria	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	6.510	6.510	7.548	7.548
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	1.844	1.844	1.645	1.645
			8.354	8.354	9.193	9.193
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	12.838	12.838	6.930	6.930
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	82.258	48.700	-	-
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	1.118	1.118	1.144	1.144
			96.214	62.656	8.074	8.074
Total			104.568	71.010	17.267	17.267

17.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

17.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (IPCA e CDI), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2021 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
IPCA	2.915	3.462	547	4.003	1.088
CDI	2.079	2.501	422	2.912	833
Total	4.994	5.963	969	6.915	1.921

17.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

17.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de debêntures, empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022						
Empréstimos e financiamentos - pré fixados	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	395	765	3.667	20.176	51.197	76.200
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	-	3.363	9.652	2.025	-	15.040
Total	395	4.128	13.319	22.201	51.197	91.240

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

17.6 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	82.258	72.260
Dívida	82.258	72.260
Caixa e equivalentes de caixa	(6.510)	(7.548)
Dívida líquida	75.748	64.712
Patrimônio líquido	43.947	107.071
Índice de endividamento líquido	63%	38%

18. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/22	31/10/23	232.145	988.350
Responsabilidade civil geral	31/10/22	31/10/23	n/a	104.946
Responsabilidade civil de administradores	10/11/22	10/11/23	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/22	31/10/23	n/a	103.723

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

19. Eventos subsequentes

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.